



**FR.2023.0637**

**Nº IBAMA: 02001.001577/2016-20 (CIF)**

Belo Horizonte/MG, 20 de março de 2023.

**Ao COMITÊ INTERFEDERATIVO – CIF**

**A/C: ILMO. SR. PRESIDENTE JAIR SCHMITT**

SCEN TRECHO 2, EDIFÍCIO SEDE DO IBAMA, CAIXA POSTAL Nº 09566, BRASÍLIA/DF

CEP: 70818-900

- *Protocolo via Sistema Eletrônico* -

**REF.:** *Manifestação ao Item 8.1 da Pauta da 67ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo (CIF)*

**FUNDAÇÃO RENOVA** ("FUNDAÇÃO"), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosa e tempestivamente, manifestar-se preliminarmente acerca do Item 8.1 da Pauta da 67ª Reunião Ordinária deste I. Comitê, com fundamento na Cláusula 39, §§ 2º e 3º<sup>1</sup>, do Termo de Ajustamento de Conduta – Governança ("TAC-Governança"), e no art. 10, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno do Comitê Interfederativo ("CIF")<sup>2</sup>, nos termos que se seguem.

<sup>1</sup> **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA** – As reuniões do CIF serão precedidas pela publicação de pauta, contendo discriminação de matérias e documentos que serão apreciados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados.

<sup>2</sup> Art. 10, §5º - Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados

DS  
J

DS  
Jm

1. O referido item de pauta consiste no pedido formulado pelo Município de Coronel Fabriciano/MG para que seja inserido no rol de Municípios impactados pelo Rompimento e, portanto, como beneficiário das ações socioambientais e socioeconômicas previstas do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta ("TTAC").

2. O Ofício nº 156/2021, enviado pelo o Município de Coronel Fabriciano, por meio do qual ressalta **(i)** sua importância econômica e social sob aspectos ambientais, turismo e cultura; **(ii)** a integração à Região Metropolitana Vale do Aço; **(iii)** interdependência metropolitana; **(iv)** atuação da FUNDAÇÃO no Município em razão do Caso "Lixão Mauá" e **(v)** o suposto reconhecimento de famílias impactadas que residem no Município, bem como diante do fato de que o Município já teria sido reconhecido através do Fórum das Cidades Impactadas – 11º Fórum Permanente dos Prefeitos da Bacia do Rio Doce.

3. Não há minuta de deliberação que acompanha os documentos juntados à pauta, apenas minuta de Nota Técnica Intercâmaras, a qual, após análise do pleito, entendeu pelos seguintes encaminhamentos:

"A análise dos pareceres disponibilizados pelo município de Coronel Fabriciano ressalta a interdependência regional entre os municípios da região metropolitana do Vale do Aço. Tem-se que em termos de impactos socioeconômicos, três dos quatro municípios da RMVA, a exceção de Cel. Fabriciano estão abarcados pela 'Área de Abrangência Socioeconômica' do TTAC, assim, não sendo tratado de maneira isonômica.

Ante ao exposto, conjuntamente a análise individual de cada CT, as Câmaras Técnicas de Saúde e de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo concluíram de forma favorável pela inserção do município de Coronel Fabriciano na lista de municípios atingidos em decorrência do rompimento da barragem.

Ressalta-se ainda que **as Câmaras Técnicas de Economia e Inovação, Gestão de Resíduos e Segurança Ambiental, Restauração Florestal e Produção de Água, Segurança Hídrica e Qualidade de Água não identificaram, à priori, aderência do município aos Programas por estas geridos**, tendo em vista, principalmente, que as evidências de impactos no município estão intrinsecamente relacionadas ao eixo socioeconômico e de saúde, mais que socioambiental.

Dessa forma, estando aqui registrados os posicionamentos das Câmaras Técnicas que **se manifestaram a respeito do pleito, deliberou-se por encaminhar a presente nota técnica como subsídio à decisão do CTF**

**sobre a inclusão do município de Coronel Fabriciano como atingido e de forma sistêmica dos programas aplicáveis a este.**" (g. n.)

4. Assim, **a FUNDAÇÃO aproveita a presente oportunidade para manifestar sua DISCORDÂNCIA** com pleito formulado pelo Município, pelos motivos a seguir expostos.

### **I – PREMISSA: PEDIDO QUE EXTRAPOLA OS LIMITES DO TTAC E NÃO GUARDA CORRELAÇÃO COM O ROMPIMENTO**

5. Apesar de ser pessoa jurídica de direito privado, a FUNDAÇÃO tem por finalidade atender estritamente os termos entabulados pelos signatários do TTAC. Além disso, nos termos do Código Civil Brasileiro, toda fundação privada deve possuir um propósito instituidor, a ser definido em sua Escritura Pública.

6. Nos termos de sua Escritura Pública e do Estatuto Social<sup>3</sup>, a finalidade da FUNDAÇÃO é gerir e executar medidas previstas nos programas socioeconômicos e socioambientais "*conforme detalhado no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta*"<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> **Artigo 6º.** A Fundação tem por objetivo exclusivo gerir e executar medidas previstas nos programas socioeconômicos e socioambientais, incluindo a promoção de assistência social aos impactados, em decorrência do rompimento da barragem de propriedade da Mantenedora Principal, localizada no Complexo de Germano, em Mariana ("Evento"), observada a situação socioambiental e socioeconômica imediatamente anterior a 5 de Novembro de 2015, conforme detalhado no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta celebrado em 2 de Março de 2016 ("Acordo") entre (i) INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, autarquia pública federal; (ii) INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, autarquia pública federal; (iii) AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA; autarquia pública federal; (iv) DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM, autarquia pública federal; (v) FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, autarquia pública federal, todos representados pelo Advogado-Geral da União; (vi) ESTADO DE MINAS GERAIS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 05.475.103/0001-21; (vii) INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, criado pela Lei 2.606/1962, com regulamento aprovado pelo, com regulamento aprovado pelo Decreto nº 45.834, de 22 de dezembro de 2011, inscrito no CNPJ sob o nº 18.746.164/0001-28; (viii) INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DE ÁGUAS - IGAM, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, criada pela Lei nº 12.584, de 17 de julho de 1997, com regulamento aprovado pelo Decreto nº 46.636, de 28 de outubro de 2014, inscrito no CNPJ sob o nº 17.387.481/0001-32; (ix) FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - FEAM, instituída pelo Decreto nº 28.163, de 6 de junho de 1988, nos termos da Lei nº 9.525, de 29 de dezembro de 1987, inscrito no CNPJ sob o nº 25.455.858/0001-7, todos representados pela Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Espírito Santo, nº 495, 8º andar, Belo Horizonte, CEP 30160-030; (x) ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público; (xi) INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - IEMA, autarquia estadual; (xii) INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO - IDAF, autarquia estadual; (xiii) AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - AGERH, autarquia estadual, (xiv) Samarco, (xv) Vale; e (xvi) BHP.

<sup>4</sup> O TTAC é acordo judicial celebrado entre os entes públicos signatários, Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil LTDA., no âmbito na Ação Civil Pública nº 0069758-61.2015.4.01.3400, com vistas à recuperar, mitigar, remediar e/ou compensar os danos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão.



7. Nesse sentido, o planejamento e a destinação de recursos aos programas já se encontram definidos e alocados a longo prazo, em observância ao propósito da FUNDAÇÃO, taxativamente prescrito no TTAC e em seu Estatuto.
8. Em outras palavras: incluir o Município de Coronel Fabriciano como beneficiário das ações do TTAC, a FUNDAÇÃO acabará descumprindo seu propósito instituidor.
9. Ademais, **a competência do CIF e de suas Câmaras Técnicas está limitada a estabelecer diretrizes ao cumprimento dos programas e ações**, conforme Cláusula 245 do TTAC<sup>5</sup>, diretrizes estas que, mais uma vez, devem estar em consonância com o propósito instituidor da FUNDAÇÃO.
10. Com efeito, **a inclusão do Município de Coronel Fabriciano no âmbito de atuação dos programas implicaria a modificação em seu texto original, o que somente poderia ser cogitado pelos entes signatários**<sup>6</sup>, por meio de termo aditivo ou por meio do processo de repactuação estabelecido nas Cláusula Nonagésima Quarta e seguintes do TAC Governança.
11. Inclusive, vale mencionar que, nos termos da Nota Técnica Intercâmaras anexa à pauta, **a inclusão do Município como beneficiário dos Programas sequer foi consenso pelas Câmaras Técnicas envolvidas.**

<sup>5</sup> **CLÁUSULA 245:** Nos termos deste Acordo e observado o escopo dos PROGRAMAS, ao COMITÊ INTERFEDERATIVO caberá:

I. orientar a FUNDAÇÃO acerca das prioridades a serem atendidas tanto na fase de elaboração quanto na de execução dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e SOCIOECONÔMICOS;

II. definir diretrizes para elaboração e execução dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e SOCIOECONÔMICOS pela FUNDAÇÃO;

III. avaliar, acompanhar, monitorar e fiscalizar a elaboração e a execução dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e SOCIOECONÔMICOS, indicando a necessidade de correções nas ações desempenhadas pela FUNDAÇÃO;

IV. acompanhar a execução do Acordo;

V. auxiliar a FUNDAÇÃO na interlocução com autoridades públicas;

VI. buscar o entendimento em caso de conflitos e inconsistências de demandas de diferentes agentes ou autoridades governamentais;

VII. validar os planos, PROGRAMAS e PROJETOS apresentados pela FUNDAÇÃO, sem prejuízo da necessidade de obtenção das licenças ambientais junto ao órgão ambiental competente e da competência legalmente prevista dos órgãos licenciadores, bem como de outros órgãos públicos; e

VIII. receber os relatórios periódicos da FUNDAÇÃO.

<sup>6</sup> A UNIÃO; o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; a Agência Nacional de Águas - ANA; o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM; a Fundação Nacional do Índio - FUNAI; o Estado de Minas Gerais; o Instituto Estadual de Florestas - IEF; o Instituto Mineiro de Gestão de Águas - IGAM; a Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM; o Estado do Espírito Santo; o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA; Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF e a Agência Estadual de Recursos Hídricos - AGERH (Compromitentes).

12. A inclusão de um novo Município no âmbito de atuação dos programas e projetos previstos no TTAC apenas seria admissível se ancorada por estudos que evidenciem tecnicamente o impacto, o que é difícil supor dado que nem mesmo os rios atingidos passam pelo território do município. Não parece razoável que somente em 2022 tenham sido descobertos impactos supostamente havidos em decorrência do rompimento – caso existentes, haveria de terem sido verificados ao longo desses mais de 7 anos. Qualquer discussão sobre inclusão de novos municípios como parte da área de abrangência do TTAC deve ser realizada com responsabilidade e fundamentos comprovados.

13. Desse modo, a despeito de o pleito formulado pelo Município não estar assentado em bases sólidas, conforme será trazido no capítulo seguinte, deve-se estabelecer como premissa – desde já – que o acolhimento do pleito de Coronel Fabriciano pelo CIF, extrapola os limites estabelecidos pelo TTAC para atuação do CIF e da FUNDAÇÃO, o que não deve ser admitido.

## **II – DOS FUNDAMENTOS DO PLEITO FORMULADO PELO MUNICÍPIO**

14. O pleito do Município se baseia, essencialmente, na sua relação de interdependência municipal com os demais municípios inseridos na região metropolitana do “Vale do Aço” (composto pelos Municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso e Timóteo).

15. Ainda que exista esta relação de vizinhança entre os Municípios e que os demais estejam contemplados pelo TTAC, é claro que a inserção de municípios na área de abrangência do TTAC se deu por impactos verificáveis em cada um, individualmente analisados. Dito de outro modo, um determinado município impactado não faz de seus vizinhos também impactados tão somente por serem limítrofes e compartilharem relações sociais. Vê-se, portanto, que não foram apresentados argumentos suficientemente robustos indicando que o Coronel Fabriciano, de fato e por si só, sofreu quaisquer danos em decorrência do Rompimento.

16. Em termos técnicos, não há evidências que conectam o Município com os principais grupos socioeconômicos impactados pelo Rompimento e, sendo

assim, mesmo um estudo de análise de impacto se daria de forma muito vaga e sem objetivo claro, sendo então apenas um diagnóstico abrangente que analisaria toda e qualquer influência de impacto no município por uma série de fatores externos, muitos ocorridos após o rompimento, tal como a situação das empresas siderúrgicas da região, crises econômicas nacionais ou locais, a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), entre outros fatores que em nada se relacionam com o Rompimento.

17. É importante esclarecer que o reconhecimento dado aos municípios de Timóteo, Ipatinga e Santana do Paraíso como área impactada pelo rompimento, abarcados na Área de Abrangência Socioeconômica do TTAC, decorre não em razão da configuração geopolítica da região, **mas nas efetivas alterações observadas a partir do Rompimento nestes municípios** – o que não se observou em Coronel Fabriciano.

18. Assim, a análise dos alegados danos sofridos pelo Município, para fins de implementação dos programas socioeconômicos e socioambientais previstos no TTAC, **conforme apontados também pelas Notas Técnicas emitidas pelas próprias Câmaras Técnicas do CIF**, não identificou relação de pertinência com o rompimento.

19. Frente a este cenário e, inclusive, diante dos posicionamentos atuais das Câmaras Técnicas, conclui-se que não há, no momento, subsídios técnicos a embasar a solicitação do Município, principalmente por não ter sido estabelecida qualquer indício de impactos ocasionados pelo Rompimento em Coronel Fabriciano.

### III - CONCLUSÃO

20. Tendo em vista o exposto, e considerando que: **(i) sequer há consenso entre as Câmaras Técnicas, (ii) não há qualquer fundamento ou evidência que justifique a inserção do município para atuação da FUNDAÇÃO e (iii) não cabe a um dos organismos criados pelo TTAC aumentar unilateralmente, sem anuência dos signatários, a abrangência do TTAC, a FUNDAÇÃO requer esteja assegurado seu direito à voz**, nos



termos da Artigo 7º, X, do Regimento Interno do CIF, para que esclarecido o tema,  
**ao final, que seja rejeitado, pelos membros do CIF, o pleito formulado  
pelo Município de Coronel Fabriciano no Item 8.1 da Pauta da 67ª Reunião  
Ordinária do CIF.**

Cordialmente,

DocuSigned by:  
  
5764A93A30734BE...

**FUNDAÇÃO RENOVA**

MARIA LETHÍCIA MATA

GERÊNCIA JURÍDICA

DocuSigned by:  
  
CF6DEB52EBB746D...

**FUNDAÇÃO RENOVA**

JANINE LUCHESI

GOVERNANÇA EXTERNA